

## Avaliação Institucional: Uma Experiência Pessoal

Zoya Dias Ribeiro\*

Nos últimos anos, tenho participado de inúmeros encontros, simpósios e seminários sobre avaliação universitária. Em todos esses eventos, tenho observado, a par das discordâncias filosóficas, políticas e ideológicas, um consenso generalizado sobre a *necessidade da avaliação*. Em todos eles, também, tenho percebido profundos equívocos conceituais e terminológicos. Grande parte do tempo destinado às discussões do “quê”, do “para quê”, do “como”, do “quando” e do “quem” avaliar tem sido consumida, antes que os debatedores (administradores e professores universitários) descubram e adotem uma linguagem comum. E quando, finalmente, todos parecem “afinados”, falando a mesma língua, a reunião termina.

Na minha opinião, esse descompasso não representa apenas um *desencontro de linguagem*, mas revela, principalmente, uma falta de familiaridade com a prática da avaliação e um conhecimento muito superficial de suas bases teóricas fundamentais. Por esse motivo, ao receber o convite para participar deste Seminário, cujo texto-proposta encaminha a discussão para o “perfil do avaliador”, ocorreu-me, como reflexão inicial, um esforço de “sintonizar” o nosso entendimento a respeito do significado da expressão “perfil do avaliador”.

Primeiramente, o que significa para nós perfil? Contorno, silhueta? Descrição de alguém ou de alguma coisa em traços rápidos? Explicitação de características comuns a alguém ou a alguma coisa? De uma maneira geral, descrever ou delinear o perfil de algo exige que esse algo nos seja conhecido, familiar. Se não o for, não poderemos descrevê-lo, delinear-lo. Teremos que primeiro procurá-lo, conhecê-lo, desvendar-lhe os traços e características, buscar-lhe as peculiaridades. Como no nosso caso, esse algo é o “avaliador”, surge uma primeira indagação: quem é esse avaliador? Onde procurá-lo? Como reconhecê-lo?

Qualquer um de nós (e o nós significa todas as pessoas comuns) enfrenta diaria-

---

\* Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)

mente situações de avaliação. A todo momento, fazemos escolhas, tomamos decisões. Muito freqüentemente, julgamos o valor de alguém ou de alguma coisa. Com mais freqüência, ainda, opinamos sobre o que nos parece “bom” ou o que se nos apresenta como “mau”. Onde estarão os limites que separam esses “avaliadores naturais” dos “avaliadores profissionais”, objeto da nossa reflexão de hoje? E dentre esses últimos, quais as especificidades do “avaliador institucional”, que atua em uma instituição educacional, do tipo universidade?

Parece-me que, se aprofundássemos a análise do que se configura uma instituição educativa, seja de 1ª, 2ª ou 3ª grau, formal ou informal, haveríamos de encontrar, em diversos níveis e em diferentes graus de envolvimento, um elevado número de “avaliadores”. Administradores, professores, técnicos, funcionários, alunos, pais de alunos, todos estariam desempenhando, em algum momento, a função de avaliador. Mas será que, de fato, estão? Até que ponto as decisões tomadas, as prioridades estabelecidas, os caminhos escolhidos, passam, efetivamente, pelo crivo do que, aqui, entendemos por avaliação?

Na verdade, a já tão conhecida afirmação de que avaliar “é parte da vida cotidiana” parece que começa a ser repensada, reconsiderada, vasculhada em seu significado mais profundo. Quais os procedimentos desse “avaliar cotidiano” que não atendem mais ao que se espera da ação avaliativa? Por que não atendem? Como alterá-los?

O “consenso generalizado” de que falei anteriormente sobre a necessidade da avaliação evidencia, para mim, que esse “naturalismo” ou “informalismo” de procedimentos, aliado a essa “multiplicidade” de “avaliadores naturais” não têm dado conta, com um mínimo de satisfatoriedade, dos inúmeros problemas, equívocos e distorções existentes nas nossas instituições educativas. Parece óbvio, assim, que esse “naturalismo” e esse “informalismo” precisam ser substituídos. Ou, então, não estaríamos aqui. Mas substituídos por quê? Pelo “profissionalismo” e “formalismo”? Ou por menos “naturalismo” e “informalismo”? Qual o grau de “profissionalismo” e de “formalismo” necessário e suficiente para essa mudança? Em que consiste? Como fazê-la?

Se avaliar “faz parte da vida cotidiana” e se a ação avaliativa, por sua própria natureza, está integrada à vida de todos e, em particular, ao dia-a-dia da educação, como formar esse “profissional” que, sem deixar de ser um educador, possa responder pela tarefa intencionalmente organizada de avaliar as nossas instituições de ensino superior? Como prepará-lo para o exercício competente dessa função, sem transformá-lo em um “especialista” excessivamente preocupado com a sua área e distanciado dos problemas da educação em si?

Não sou especialista, no sentido de que nunca recebi qualquer formação específica na área de avaliação. Sou professora. Licenciada em Letras, Mestre em Educação. Como professora de 1ª, 2ª e 3ª graus, tenho avaliado alunos, julgando-lhes a aprendizagem e decidido sobre a sua promoção ou recuperação ou reprovação. Como professora de Língua Portuguesa, participei da Equipe de Currículos do 1º Grau da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, na época da implantação da Lei 5.692/71, definindo prioridades, selecionando objetivos e conteúdos, sugerindo metodologias, para o ensino de 1º grau no meu Estado. Também elaborei “normas” de avaliação da aprendizagem. Mais tarde, como professora de nível superior, coordenei alguns projetos de pesquisa avaliativa. Hoje sou, na minha universidade, Coordenadora de Análise Institucional e Avaliação, desenvolvendo estudos avaliativos voltados para o conhecimento das condições em que se passa o ensino de graduação na UFC e trabalhos de pesquisa, cujo objetivo central é o conhecimento da realidade do ensino superior em Fortaleza (oportunidades

de acesso, condições de vida e de trabalho dos estudantes e mercado de trabalho para os egressos).

O que há de comum entre a minha formação e a dos demais profissionais aqui presentes? Possivelmente, apenas a área de atuação: a educacional. E o que partilhar dessa experiência acumulada, especificamente, a vivenciada na área da avaliação? Quais as dificuldades? Quais os desafios? Onde os impasses?

Para mim, a maior dificuldade, ao longo desses anos todos, tem sido a solidão. Percebo como que um fosso separando a realidade concreta do dia-a-dia da realidade “pinçada” pelo avaliador. Uma solidão enorme no que se refere ao “partilhamento”, ao “pensar conjunto”.

A consciência dessa solidão constitui um permanente desafio para a ação avaliativa. Qual o caminho mais curto para nos aproximarmos dessa realidade desconhecida e adentrarmos nela? Como desvendá-la? Como nos integrarmos a ela para melhor compreendê-la?

E o que dizer dos impasses? Por sua própria natureza, a avaliação é um fenômeno político e o avaliador tem um papel importante nas relações de poder formal ou informal vigentes nas instituições, no sentido de que os resultados do seu trabalho funcionam como argumento para a tomada de decisões. Como controlar o uso indevido das informações obtidas? Como evitar a utilização fragmentada, descontextualizada, mutilada, do conhecimento produzido?

Não tenho respostas para as indagações e perplexidades aqui partilhadas. Tenho “ensaiado” alternativas, arriscando caminhos. Os acertos precisam ser pacientemente buscados e os erros corajosamente enfrentados. Muitas são as dúvidas e poucas as certezas. De uma coisa apenas estou convencida: a de que não acredito, não confio no avaliador educacional que não seja, antes de mais nada, um educador responsabilmente comprometido com a melhoria das oportunidades educacionais e sociais, questão, a meu ver, absolutamente inadiável e prioritária para a sociedade brasileira e para a qual a universidade, até agora, pouco contribuiu.